

# **RELATÓRIO E CONTAS 2019**

**ALTICE PAY, S.A.**

## **Relatório e Contas 2019**

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>1</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	
<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>Informações Legais</b>	<b>3</b>
<b>Enquadramento Económico</b>	<b>3</b>
<b>Atividade da Empresa</b>	<b>6</b>
<b>Análise Económica e Financeira</b>	<b>7</b>
<b>Perspetivas Futuras</b>	<b>9</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>9</b>
<b>Factos relevantes ocorridos após a data de balanço</b>	<b>9</b>
<b>Gestão de Riscos Financeiros</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>11</b>
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único</b>	<b>35</b>
<b>Certificação Legal de Contas</b>	<b>36</b>

## Órgãos Sociais

### Conselho de Administração

Presidente: João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

### Fiscal Único

Efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.

Suplente: Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

### Acionista Único

Representante da  
PT Portugal, SGPS, S.A. Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

Senhor acionista,

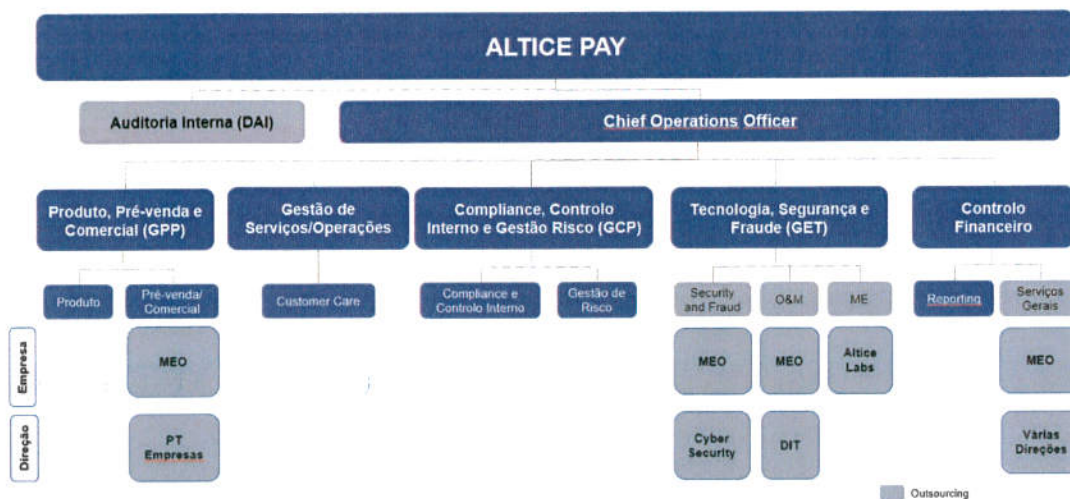
O Conselho de Administração da Altice Pay, S.A., nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Altice Pay, S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2019.

## Introdução

A Altice Pay, S. A. (“Altice Pay” ou “Empresa”), anteriormente designada por PT Pay, foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um “projeto piloto”. A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de abril de 2014, após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A Altice Pay tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da Altice Pay, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de produtos ou serviços, em *sites* de *e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. A vertente do produto para comerciantes foi, em 2019, a principal linha de receitas da Altice Pay e o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, corresponde à disponibilização de uma plataforma com os principais meios de pagamento, não presenciais, utilizados em Portugal. Esta plataforma de pagamentos permite que qualquer empresa possa aceitar, no seu website, plataforma de e-commerce, ou sistema de faturação, pagamentos de todos os seus clientes finais. A Altice Pay, neste contexto, é considerada como *payment facilitator* ou *payment service provider*, disponibilizando, com um único contrato, e com uma só integração técnica, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Atualmente a estrutura funcional da Empresa pode ser representada da seguinte forma:



## Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;
- A Empresa não dispõe de ações próprias e durante o exercício de 2019, não existiram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização para esse fim durante o exercício de 2019, conforme disposições previstas na alínea e) do artigo 66.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

## Enquadramento Económico

### Enquadramento Internacional

Em 2019, o contexto mundial globalmente positivo contribuiu para o dinamismo da atividade económica e do investimento na União Europeia e na Zona Euro.

A economia europeia está atualmente no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, prevendo-se que continue a expandir-se em 2020 e 2021. Os Estados Membros deverão continuar a crescer, embora a um ritmo mais lento, decorrente da contribuição do consumo interno e do investimento. Na ausência de grandes tensões, a Europa deverá registar um crescimento económico moderado e uma diminuição do desemprego.

A criação de emprego em toda a União Europeia (UE) demonstrou ser surpreendentemente resiliente. Tal deve-se, em parte, ao facto de a evolução económica levar normalmente algum tempo até se repercutir no emprego, mas explica-se também pela transferência dos postos de trabalho para os setores dos serviços. O emprego encontra-se a máximos históricos e o desemprego na UE situa-se ao mais baixo nível desde o início do século.

No entanto, o contexto externo é menos favorável e o nível de incerteza é significativo. As tensões comerciais internacionais terão um efeito atenuante sobre o crescimento na Europa, que poderá atravessar um período prolongado de menor dinamismo no ritmo de crescimento.

A persistência de tensões comerciais entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China e os elevados níveis de incerteza política, especialmente no que diz respeito ao comércio, refrearam o investimento, a indústria transformadora e o comércio internacional. Uma vez que o crescimento do PIB mundial deverá manter-se baixo, o crescimento na Europa dependerá da solidez dos setores mais orientados para o mercado interno. Estes setores, por sua vez, dependerão de um crescimento salarial benéfico para o mercado de trabalho, de condições de financiamento favoráveis e, em alguns Estados-Membros, de medidas orçamentais mais conservadoras.

Por último, mantêm-se os riscos derivados das consequências do Brexit, em função do grau de incerteza e volatilidade legal, fiscal, jurídica e regulatória que o mesmo representa.

Com efeito, as consequências deste processo são difíceis de estimar, por se tratar de um processo inédito. Contudo, o mesmo terá seguramente impactos no mercado cambial, na bolsa e no mercado mobiliário, bem como nos tratados comerciais estabelecidos e na livre circulação de pessoas. Por outro lado, a perda da contribuição monetária do Reino Unido terá um forte impacto no orçamento da UE. Em simultâneo, este processo pode inspirar outros países a seguir o mesmo caminho, colocando em risco o futuro da UE.

Paralelamente, com o aumento do número de casos de contágio por Covid-19, as bolsas estão a refletir os receios de que a nova estirpe viral poderá contribuir para um abrandamento generalizado da economia mundial. Embora o maior número de casos confirmados e os principais impactos ainda estejam concentrados na China, o Covid-19 já se espalhou por mais de 120 países de todos os continentes, provocando o encerramento de fábricas, comércio e serviços, além de cancelamentos de eventos em diversos países, produzindo fortes impactos nos setores do turismo e da aviação.

Com efeito, a economia chinesa não é a única a ressentir-se dos efeitos do Covid-19, tendo em conta que a evolução de uma das maiores economias europeias (Itália) está em risco, à medida que sobe o número de casos confirmados e as medidas de contenção do vírus paralisam serviços e empresas no norte do país.

Globalmente, em 2019, registou-se uma redução dos níveis de desemprego e de dívida pública (Tabela 1), sendo expectável que, em 2020, se mantenha o crescimento económico, mas com um ritmo mais moderado.

	2016	2017	2018	2019F	2020F	2021F
<b>PIB - taxa de variação anual (%)</b>						
União Europeia (27)	2,0	2,7	2,1	1,4	1,4	1,4
Zona euro	1,9	2,2	1,9	1,1	1,2	1,2
OCDE	3,3	4,8	4,8	3,9	3,9	4,0
Portugal	2,0	3,5	2,4	2,0	1,7	1,7
<b>Inflação - taxa de variação anual (%)</b>						
União Europeia (27)	0,2	1,6	1,8	1,4	1,4	1,6
Zona euro	0,2	1,5	1,8	1,2	1,2	1,3
OCDE	1,1	2,3	2,6	n.d.	n.d.	n.d.
Portugal	0,6	1,6	1,2	0,3	1,1	1,4
<b>Taxa de desemprego (%)</b>						
União Europeia (27)	9,1	8,2	7,3	6,8	6,7	6,5
Zona euro	10,0	9,1	8,2	7,6	7,4	7,3
OCDE	6,3	5,8	5,3	5,2	5,1	5,1
Portugal	11,2	9,0	7,0	6,3	5,9	5,6
<b>Dívida pública em % do PIB</b>						
União Europeia (27)	85,8	83,3	81,4	79,8	78,4	77,4
Zona euro	92,2	89,8	87,9	86,4	85,1	84,1
OCDE	112,6	110,3	109,2	109,3	110,3	111,3
Portugal	131,5	126,0	122,2	119,5	117,1	113,7

Fonte: Comissão Europeia, OCDE

Tabela 1\_Principais indicadores económicos

### Enquadramento Nacional

A recuperação económica nacional continuou a consolidar-se em 2019, evidenciada sobretudo, segundo a Comissão Europeia, pelo crescimento real do PIB, com um crescimento expectável de 2,0% face a 2018, e impulsionado principalmente pelo investimento e pelo consumo privado. Em contrapartida, regista-se uma estagnação das exportações e um agravamento do saldo da balança comercial externa.

Para 2020, é expectável que a resiliência do consumo privado e do investimento se mantenha, mas o crescimento do PIB irá registar um abrandamento.

Por sua vez, a dívida pública continuará a decrescer em percentagem do PIB, em linha com a tendência verificada desde 2017.

### Enquadramento Setorial

O comércio *online* é atualmente a atividade mais popular. Na Europa, em 2020 estima-se que 72.6% dos consumidores façam compras *online* e em 2024 deve atingir os 78.0%. Em 2019 em Portugal, por exemplo, de acordo com o relatório European B2C Ecommerce Report, divulgado pela Ecommerce Europe, verificou-se uma taxa de penetração de internet de 75%, onde 50% foi derivado de compras *online*.

A confiança dos consumidores para compras *online* tem vindo a aumentar e prevê-se que esse aumento seja influenciado quer, pelo uso de dispositivos móveis como, pelas campanhas de marketing realizadas através do *social media* (<https://financesonline.com/ecommerce-trends/>). Até 2021, 53,9% de todas as vendas do comércio *online* deverão ser efetuadas através de dispositivos móveis, pelo que os processos de *checkout* devem ser simples e fáceis (<https://www.shopify.com/enterprise/the-future-of-ecommerce>).

Percebe-se assim que, os meios de **pagamentos digitais** vão começar a ganhar mais força em 2020. Além disso, o "World Payment Report", realizado pela Capgemini, aponta que as movimentações **non-cash** devem crescer em média 12,7% ao ano até 2021, representando uma em cada cinco transações do mundo todo. Neste sentido, um estudo da Bain & Company aponta que as e-wallets deverão representar cerca de 28% do mercado mundial de meios de pagamento até 2022. Este novo meio de pagamento, além de ultrapassar a barreira física — evitando a necessidade de ter um ou mais cartões de crédito ou débito para a realização de uma compra — e simplificar o processo de pagamento armazenando informações com segurança, as **carteiras digitais** são um meio de pagamento que para além de estar disponível em **smartphones**, já se encontra em relógios e pulseiras.

## Atividade da Empresa

### Evolução do negócio, principais eventos e desempenho do ano

Os prejuízos da Empresa aumentaram em 169.475 euros, passando de 679.882 euros em 2018 para 849.357 euros em 2019, o que resultou essencialmente de um aumento dos gastos com amortizações e dos gastos gerais e administrativos nos montantes de 130.728 euros e 32.545 euros, respetivamente, reflexo essencialmente de projetos de desenvolvimento aplicativos iniciados em anos anteriores, terem (1) sido concluídos e passado a gerar amortizações, ou (2) noutros casos a Empresa ter optado pela sua não conclusão, refletindo-se na transferência do valor desses projetos de ativos intangíveis em curso para resultados.

Assinala-se ainda, a redução do produto bancário em cerca de 7%, face a 2018, reflexo da perda do cliente com maior peso na receita, o que foi atenuado com a entrada de novos clientes. Em 2019, a Empresa firmou novos contratos, e foi vencedora dos seguintes concursos públicos:

- Fevereiro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Arganil, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Março 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Pombal, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Março 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Vendas Novas, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Maio 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Grândola, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Agosto 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Arganil, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Agosto 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Arouca, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco, MB Way;
- Outubro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município do Barreiro, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Novembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Fornos de Algodres, relativo à prestação de serviços de cobrança por Débito Direto SEPA;
- Novembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Abrantes, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Novembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, relativo à prestação de serviços de cobrança por Débito Direto SEPA;
- Dezembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Mira, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;
- Dezembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante A.R.M. – Águas e Resíduos da Madeira, relativo à prestação de serviços de cobrança por Débito Direto SEPA;



- Dezembro 2019: Contrato Público com a entidade adjudicante Município da Trofa, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco;

## **Análise Económica e Financeira**

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas, de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), nos termos do aviso n.º 5/2015, de 7 de Dezembro do Banco de Portugal.

### **RESULTADOS**

O **resultado líquido** da Altice Pay nos exercícios de 2019 e 2018, foi negativo em 849.357 euros e 679.882 euros, respetivamente, refletindo essencialmente, gastos com amortizações do exercício (507.839 euros e 377.111 euros, respetivamente), gastos gerais administrativos (262.384 euros e 229.839 euros, respetivamente), custos com o pessoal (258.645 euros e 261.255 euros, respetivamente), os quais no seu conjunto foram superiores ao produto bancário gerado nesses exercícios (174.847 euros e 188.323 euros, respetivamente), composto essencialmente pela margem bruta dos rendimentos de serviços e comissões.

Os **gastos com amortizações** apresentaram um aumento de aproximadamente 35% face a 2018, refletindo essencialmente, a passagem para ativo fixo de projetos de desenvolvimento aplicacionais, iniciados em anos anteriores e concluídos em 2019.

O aumento dos **gastos gerais e administrativos** de aproximadamente 15%, reflete essencialmente, a transferência para resultados, de projetos de desenvolvimento aplicacionais, iniciados em anos anteriores e classificados em ativos intangíveis em curso e relativamente aos quais se concluiu em 2019, não se justificar a sua conclusão.

Em conclusão, os prejuízos apurados pela Altice Pay em ambos os exercícios estão penalizados pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos significativos efetuados em anos anteriores, para efeitos do arranque e desenvolvimento da operação.

**BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total do ativo ascendia a 5.863.333 euros e 5.227.133 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) Disponibilidades de clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (1.756.545 euros e 1.411.077 euros, respetivamente), (2) Ativos intangíveis (1.265.639 euros e 1.208.491 euros, respetivamente), (3) Devedores diversos no valor de 2.370.776 euros e 1.879.256 euros, respetivamente, relativos essencialmente a faturação Ad-hoc à MEO (2.087.230 euros e 1.395.995 euros, respetivamente) e IVA a recuperar (93.562 euros e 230.596 euros respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total do passivo ascendia a 4.163.443 euros e 3.327.885 euros, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços (977.786 euros e 864.054 euros, respetivamente), os quais estão relacionados principalmente com empresas do Grupo, (2) financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (550.548 euros e 402.620 euros, respetivamente), e (3) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (2.172.096 euros e 1.803.100 euros, respetivamente), nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.

Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se viesse a revelar necessário. Durante os exercícios de 2017 e 2018, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 750.000 euros em cada um dos anos, sendo que em 2019 realizou adicionalmente prestações acessórias de capital no montante de 650.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital próprio ascendia a 1.699.890 euros e 1.899.248 euros, respetivamente, representando aproximadamente 29% e 36% do total do ativo, respetivamente. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2019, no montante de 849.357 euros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelas prestações acessórias realizadas pela PT Portugal nesse mesmo ano, no valor de 650.000 euros.

## Perspetivas Futuras

Em linha com as necessidades do mercado, a Altice Pay tem vindo a desenvolver um plano estratégico, ao nível do desenvolvimento de produto e comercial, alinhada com o seu acionista, através de venda direta e indireta.

Para 2020, a estratégia da Altice Pay será não só aumentar a comunicação e gerar notoriedade, de forma a cativar a atenção de novos clientes, como aumentar o seu portefólio de produtos e serviços com foco em soluções de pagamento inovadoras para clientes empresariais e clientes finais. A Altice Pay pretende tornar-se, em 2020, um *player* de referência no mercado *online*, como posicionar-se nos pagamentos presenciais/físicos através de aplicações móveis. Para tal, a criação de novos serviços e formas de utilização será concretizável com: (1) aumento da atividade comercial, (2) desenvolvimento de um conjunto de parcerias estratégicas/comerciais, (3) adequação dos preços e custos à realidade do mercado de *ecommerce* atual.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados da totalidade do prejuízo apurado no exercício de 2019, no montante de 849.357 euros.

## Factos relevantes ocorridos após a data de balanço

No início de 2020, primeiro a China e depois o Resto do Mundo, foram atingidos pela Pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde relacionada com a doença Coronavirus 2019 (Covid-19). É o entendimento da Empresa, que as respetivas medidas excecionais temporárias adotadas e a adotar pelo Governo Português relativas à referida situação bem como as eventuais restrições à atividade económica que daí possam eventualmente vir a resultar, não se irão refletir em impactos na situação patrimonial e nos cash flows operacionais da Empresa que coloquem em causa a utilização do pressuposto da continuidade das operações.

Não são conhecidos até à presente data quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 5 do artigo 66º CSC, confirmamos que a Empresa não tem filiais e/ou sucursais, bem como qualquer parceira relevante, fora da atividade normal que mantém com as empresas do Grupo Altice.

### **Gestão de Riscos Financeiros**

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que o Conselho de Administração entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Lisboa, 29 de maio de 2020

#### **O Conselho de Administração,**



Presidente

João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

#### **Pelo Acionista Único,**

Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

**Demonstrações Financeiras**

*(The content of this table is extremely faint and illegible in the provided image. It appears to be a financial statement table with multiple columns and rows.)*

**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018**

			euros		
			2019	2018	
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	6	84.460	(84.460)	-	-
Ativos intangíveis	7	5.635.985	(4.370.346)	1.265.639	1.208.491
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>5.720.445</b>	<b>(4.454.806)</b>	<b>1.265.639</b>	<b>1.208.491</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Outros ativos	9	5.325.199	(730.381)	4.594.818	4.015.215
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	2.876	-	2.876	3.427
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>5.328.075</b>	<b>(730.381)</b>	<b>4.597.694</b>	<b>4.018.642</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.048.519</b>	<b>(5.185.187)</b>	<b>5.863.333</b>	<b>5.227.133</b>

		euros	
		2019	2018
	Notas	Passivo e Capital Próprio	
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Provisões	10	-	4.712
Outros passivos	11	4.163.443	3.323.173
<b>Total do passivo</b>		<b>4.163.443</b>	<b>3.327.885</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	12	3.500.000	3.500.000
Outros instrumentos de capital	12	7.150.000	6.500.000
Outras reservas e resultados transitados		(8.100.753)	(7.420.870)
Resultado líquido do exercício		(849.357)	(679.882)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.699.890</b>	<b>1.899.248</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>5.863.333</b>	<b>5.227.133</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

*Paulo Sérgio Pinto*

Conselho de Administração

*[Assinatura]*

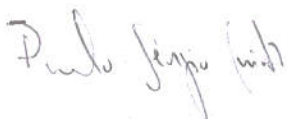
Acionista Único

**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

	Notas	2019	euros 2018
Juros e rendimentos similares	13	13	-
Juros e encargos similares	13	(17.010)	(17.563)
<b>Margem financeira</b>		<b>(16.997)</b>	<b>(17.563)</b>
Rendimentos de serviços e comissões	14	1.336.031	1.442.114
Encargos com serviços e comissões	14	(1.143.551)	(1.215.277)
Resultados de reavaliação cambial		-	638
Outros resultados de exploração		(636)	(21.589)
<b>Produto bancário</b>		<b>174.847</b>	<b>188.323</b>
Custos com pessoal	15	(258.645)	(261.255)
Gastos gerais administrativos	16	(262.384)	(229.839)
Amortizações do exercício	17	(507.839)	(377.111)
Imparidades e provisões líquidas de reposições e anulações	10	4.712	-
<b>Prejuízo antes de impostos</b>		<b>(849.309)</b>	<b>(679.882)</b>
<b>Impostos correntes</b>	18	<b>(48)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo apurado no período</b>		<b>(849.357)</b>	<b>(679.882)</b>
<b>Prejuízo por ação básico</b>	19	<b>(0,24)</b>	<b>(0,19)</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Acionista Único

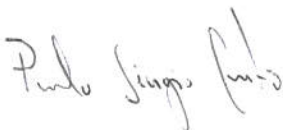
**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

euros

		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 12)	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
<b>Posição em 1 de janeiro de 2018</b>	A	3.500.000	5.750.000	(6.354.649)		1.829.130
<b>Prejuízo</b>					(679.882)	(679.882)
<b>Resultado integral</b>	B					(679.882)
<b>Operações com detentores de capital</b>						
Realização de prestações acessórias		-	750.000	-	-	750.000
Aplicação de resultados		-	-	(1.066.221)	1.066.221	-
	C	-	750.000	(1.066.221)	1.066.221	750.000
<b>Posição em 31 de dezembro de 2018</b>	D=A+B+C	3.500.000	6.500.000	(7.420.870)	(679.882)	1.899.248
<b>Prejuízo</b>					(849.357)	(849.357)
<b>Resultado integral</b>	E					(849.357)
<b>Operações com detentores de capital</b>						
Realização de prestações acessórias		-	650.000	-	-	650.000
Aplicação de resultados		-	-	(679.882)	679.882	-
	F	-	650.000	(679.882)	679.882	650.000
<b>Posição em 31 de dezembro de 2019</b>	G=D+E+F	3.500.000	7.150.000	(8.100.753)	(849.357)	1.699.890

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Acionista Único

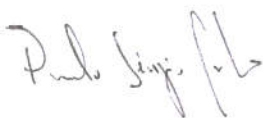


**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

	Notas	2019	2018
<b>euros</b>			
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		1.669.147	2.822.567
Pagamentos a fornecedores		(2.358.038)	(2.656.779)
Pagamentos ao pessoal	4 (a)	(168.011)	(309.263)
Caixa gerada pelas operações		<b>(856.902)</b>	<b>(143.475)</b>
Recebimentos (Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		26	(8)
Outros recebimentos (pagamentos), líquidos		355.276	(78.970)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(501.600)</b>	<b>(222.452)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		10	-
		<b>10</b>	<b>-</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(296.888)	(773.857)
		<b>(296.888)</b>	<b>(773.857)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(296.878)</b>	<b>(773.857)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		147.927	255.968
Recebimentos de outros instrumentos de capital	4 (b), 12	650.000	750.000
		<b>797.927</b>	<b>1.005.968</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(16.232)
		<b>-</b>	<b>(16.232)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>797.927</b>	<b>989.736</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(551)</b>	<b>(6.573)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.427	10.000
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4 (c)	<b>2.876</b>	<b>3.427</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Acionista Único

## ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Provisões
11. Outros passivos
12. Capital
13. Juros e rendimentos similares
14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
15. Custos com pessoal
16. Gastos gerais administrativos
17. Gastos de depreciação e amortização
18. Imposto sobre o rendimento
19. Resultado líquido por ação
20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

**ALTICE PAY, S.A.****Anexo às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2019**

(Montantes expressos em euros)

**1. Nota introdutória**

A Altice Pay, S.A. ("Altice Pay" ou "Empresa"), anteriormente denominada PT Pay, S.A. foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A ALTICE PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da ALTICE PAY, instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o nº 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez era, em 31 de dezembro de 2019, integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de maio de 2020, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Altice Pay adotou, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como definidas e adotadas pela União Europeia e em vigor à presente data.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Até 31 de dezembro de 2016, a Altice Pay utilizou nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As NCA's correspondiam genericamente às Normas

Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal.

A Altice Pay beneficiou do regime transitório (um ano), relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras nos pressupostos acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Empresa concluiu que a Empresa dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 2019 e de 2018 a que respeitam as demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições das IFRS que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes e que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

### **3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as IFRS.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem essencialmente licenças de utilização de *software* e gastos com o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil dos ativos relativos a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos.

### 3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede

à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o preço de venda e o valor de uso.

O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo.

### **3.4. Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

### **3.5. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela "NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento". Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente,

por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

### **3.6. Classificação do balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

### **3.7. Provisões, obrigações e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem custos associados que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

### **3.8. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

### **3.9. Custo de empréstimos obtidos**

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

### 3.10. Férias e subsídios de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica "Credores por acréscimos de gastos".

### 3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

### 3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.



O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### (b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.13. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face

às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) Continuação do apoio concedido pelo grupo Altice Portugal à Altice Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

A Altice Pay financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto do acionista. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo Altice Portugal de continuar a apoiar a Altice Pay.

(b) Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde essencialmente a desenvolvimentos e licenças de utilização de software que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2019 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

### **3.14. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

## **4. Fluxos de Caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" é constituída por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da Altice Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.

## (a) Pagamentos ao pessoal

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos a pessoal cedido por outras empresas do Grupo.

## (b) Recebimentos provenientes de outros instrumentos de capital

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica respeita à realização de prestações acessórias por parte do acionista único PT Portugal, nos montantes de 650.000 euros e 750.000 euros, respetivamente (Nota 12).

## (c) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica era composta por Disponibilidades em outras instituições de crédito nos montantes de 2.876 euros e 3.427 euros, respetivamente.

## 5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a empresa aplica as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

Não foram adotadas quaisquer outras normas e interpretações novas ou revistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis respeitam essencialmente a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2019	2018
<b>Valores brutos</b>		
Saldo inicial	121.471	121.471
Aquisições	777	-
Transferências e abates	(37.788)	-
<b>Saldo final</b>	<b>84.460</b>	<b>121.471</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Saldo inicial	121.471	121.471
Depreciações do exercício (Nota 17)	777	-
Transferências e abates	(37.788)	-
<b>Saldo final</b>	<b>84.460</b>	<b>121.471</b>
<b>Ativos fixos tangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

				euros
				2019
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	4.483.835	174.907	413.033	5.071.775
Aquisições	522.430	15.239	54.990	592.659
Transferências	115.146	-	(143.595)	(28.449)
<b>Saldo final</b>	<b>5.121.411</b>	<b>190.146</b>	<b>324.428</b>	<b>5.635.985</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	3.715.702	147.582	-	3.863.284
Amortizações do exercício (Nota 17)	478.851	28.211	-	507.062
<b>Saldo final</b>	<b>4.194.553</b>	<b>175.793</b>	<b>-</b>	<b>4.370.346</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>926.858</b>	<b>14.353</b>	<b>324.428</b>	<b>1.265.639</b>

				euros
				2018
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	3.742.520	153.146	625.041	4.520.707
Aquisições	425.122	21.761	124.185	571.068
Transferências	316.193	-	(336.193)	(20.000)
<b>Saldo final</b>	<b>4.483.835</b>	<b>174.907</b>	<b>413.033</b>	<b>5.071.775</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	3.390.162	96.010	-	3.486.172
Amortizações do exercício (Nota 17)	325.539	51.572	-	377.111
<b>Saldo final</b>	<b>3.715.702</b>	<b>147.582</b>	<b>-</b>	<b>3.863.284</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>768.133</b>	<b>27.325</b>	<b>413.033</b>	<b>1.208.491</b>

Nos exercícios de 2019 e 2018, as adições respeitam essencialmente a gastos com o desenvolvimento e aquisição de licenças de utilização de *software*, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao desenvolvimento da atividade da Empresa.

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice foram consideradas como partes relacionadas da Altice Pay.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme segue:

euros		
2019		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	2.153.708	296.653
Altice Labs, S.A. ("Altice Labs")	-	840.599
PT Portugal	-	558.648
Outras empresas	75	878
	<b>2.153.783</b>	<b>1.696.778</b>

euros		
2018		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO	1.514.858	384.671
Altice Labs	-	486.463
PT Portugal	-	409.219
Outras empresas	109	1.070
	<b>1.514.967</b>	<b>1.281.424</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o elevado saldo de contas a receber da MEO, respeita essencialmente à faturação dos serviços prestados ao cliente BPO Aquapor à MEO, uma vez que a Empresa fatura a MEO a qual por sua vez fatura diretamente este cliente final, juntamente com outros serviços de telecomunicações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

euros						
2019						
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Encargos com serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)	Investimentos
MEO	-	723.825	(822)	(258.645)	(120.000)	15.239
Outras empresas	(17.010)	7.044	-	-	(2.880)	409.087
	<b>(17.010)</b>	<b>730.869</b>	<b>(822)</b>	<b>(258.645)</b>	<b>(122.880)</b>	<b>424.326</b>

	euros				
	2018				
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)	Investimentos
MEO	-	679.853	(260.688)	(120.000)	22.534
Outras empresas	(17.563)	7.082	-	(2.880)	424.998
	<b>(17.563)</b>	<b>686.935</b>	<b>(260.688)</b>	<b>(122.880)</b>	<b>447.532</b>

## 9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
	2019	2018
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	1.756.545	1.411.077
Devedores e outras aplicações e outros rendimentos a receber (b)		
Imposto sobre o valor acrescentado	93.562	230.596
Outros devedores de rendimentos – Empresas do Grupo (Nota 8)	2.153.783	1.514.554
Outros devedores de rendimentos – Outras empresas	46.026	119.603
Chargeback	77.405	14.503
Adiantamento a fornecedores de equipamentos (c)	728.045	728.045
Despesas com encargo diferido (d):		
Grupo (Nota 8)	-	413
Terceiros	9.991	24.976
Outros ativos	459.842	699.493
	<b>5.325.199</b>	<b>4.743.260</b>
Ajustamento a adiantamento a fornecedores de equipamento (c)	(728.045)	(728.045)
Provisão Chargeback	(2.336)	(2.336)
<b>Total</b>	<b>4.594.818</b>	<b>4.015.215</b>

- (a) Esta rubrica reflete o valor disponível numa conta bancária da Altice Pay, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderente, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Nota 11).
- (b) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica inclui valores a receber respeitantes a faturação emitida essencialmente à empresa do Grupo MEO e ainda créditos de IVA.
- (c) Em exercícios anteriores, foram efetuados adiantamentos para o desenvolvimento e aquisição de equipamentos, relativamente aos quais foram constituídas imparidades para fazer face à não recuperabilidade dos mesmos, as quais apresentavam o saldo final de 728.045 euros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados à MEO, cujo serviço será prestado apenas no futuro, motivo pelo qual os respetivos gastos também serão reconhecidos apenas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 2.153.783 euros e 1.514.967 euros, respetivamente (Nota 8).

3

## 10. Provisões líquidas de reposições e anulações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica respeita a contingências fiscais, tendo registado os seguintes movimentos:

	euros	
	2019	2018
Saldo inicial	4.712	4.712
Diminuições (Nota 18)	(4.712)	-
Saldo final	-	4.712

## 11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
Credores por fornecimento de bens e serviços:		
Fornecedores Empresas do Grupo	1.106.086	870.597
Fornecedores – Outras empresas	(128.300)	(6.543)
Consolidado Fiscal	48	-
Cash Pooling – Grupo (a)	550.548	402.620
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	22.716	18.896
Outros passivos:		
Outros passivos correntes - Depósitos (b)	2.172.096	1.803.100
Outros Credores – Empresas do Grupo	40.096	8.206
Outros Credores – Outras empresas	400.153	226.297
	<b>4.163.443</b>	<b>3.323.173</b>

(a) Esta rubrica respeita a dívidas à PT Portugal no âmbito do sistema de gestão centralizada de tesouraria em vigor no grupo em que a PT Portugal centraliza todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sediadas em Portugal.

(b) Esta rubrica inclui montantes entregues pelos clientes à Empresa com vista a serem utilizados por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.696.778 euros e 1.281.424 euros, respetivamente (Nota 8).

3

## 12. Capital

### 12.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.500.000 euros, estando representado por 3.500.000 ações nominativas (Nota 19), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

### 12.2. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica corresponde a prestações acessórias concedidas pela PT Portugal, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Nos termos da legislação aplicável, as mesmas só podem ser reembolsados por iniciativa da instituição e com o prévio acordo do Banco de Portugal, mas nunca antes de decorrido o prazo de cinco anos a contar da data da sua realização.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica ascende a 7.150.000 euros e 6.500.000 euros, respetivamente, cuja variação reflete realizações de prestações acessórias realizadas pelo acionista único PT Portugal nos montantes de 500.000 euros em março e 150.000 euros em Dezembro de 2019.

Em 2018 foram realizadas duas tranches de 375.000 euros cada, em março e outubro, de prestações acessórias, pelo acionista único PT Portugal (Nota 4(b)).

### 12.3. Aplicação de resultados

Em 2019, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 28 de Março de 2019, o resultado líquido negativo de 2018, no montante de 679.882 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

Em 2018, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 29 de Março de 2018, o resultado líquido negativo de 2017, no montante de 1.066.221 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

### 12.4. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, têm a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
Fundos próprios totais	434.252	690.757
Requisitos de fundos próprios	380.394	371.275
Suficiência/ (Insuficiência) de fundos próprios	53.857	319.482



### 13. Juros e rendimentos similares

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos a prazo	13	-
<b>Juros e encargos similares suportados</b>		
Outros juros e encargos similares (Nota 8)	(17.010)	(17.563)

### 14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	730.869	686.935
Empresas não grupo	605.162	755.179
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	(822)	-
Empresas não grupo	(1.142.729)	(1.215.277)
	<b>192.480</b>	<b>226.837</b>

### 15. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
<b>Remunerações</b>		
Pessoal	202.598	216.973
<b>Encargos sociais</b>	43.999	41.394
<b>Outros</b>	12.048	2.888
	<b>258.645</b>	<b>261.255</b>

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo Altice.

Em 2019 e 2018, foram registados custos com o pessoal que estão a ser suportados por outras empresas do Grupo Altice Portugal, nos montantes de 258.645 euros e 260.688 euros, respetivamente (Nota 8).

## 16. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
Serviços de suporte (Nota 8) (a)	122.880	122.880
Auditoria e consultoria (b)	72.653	71.206
Outros serviços e fornecimentos de terceiros	66.851	35.753
	<b>262.384</b>	<b>229.839</b>

- a) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center e com a gestão de recursos humanos, marketing, entre outros serviços de suporte.
- b) Respeita essencialmente a gastos a auditoria financeira e com as auditorias de branqueamento de capitais, de controlo interno e certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, no montante de 122.880 euros (Nota 8) em ambos os exercícios.

## 17. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2019	2018
Ativos intangíveis (Nota 7)	507.062	377.111
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	777	-
	<b>507.839</b>	<b>377.111</b>

## 18. Imposto sobre o rendimento

### 18.1. Enquadramento

Em 2019 e em 2018, a Empresa integrou o RETGS adotado pela Altice Portugal, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros foram registadas no balanço, respetivamente, como dívidas a pagar e créditos a receber da Altice Portugal.

A Empresa é tributada em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de derrama estadual, quando aplicável, cuja taxa é variável em função da matéria coletável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apurou prejuízo fiscal pelo que utilizou a taxa de 21% para calcular a estimativa de imposto sobre o rendimento.

## 18.2. Reconciliação de taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como se segue:

	euros	
	2019	2018
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(849.309)</b>	<b>(679.882)</b>
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
<b>Imposto esperado</b>	<b>(178.355)</b>	<b>(142.775)</b>
Ajustamento à colecta	48	-
Diferenças permanentes (a)	(983)	-
Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS (b)	179.338	142.775
	<b>48</b>	<b>-</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		
Imposto corrente	48	-
	<b>48</b>	<b>-</b>

a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2019	
<b>Provisões e ajustamentos não consideradas no cálculo dos impostos diferidos:</b>		
Provisões para impostos (Nota 10)	(4.712)	
<b>Perdas de imparidade de outros ativos amortizáveis não aceites como gastos:</b>		
Outros	29	
	<b>(4.683)</b>	
Taxa nominal de imposto	21,0%	
	<b>(983)</b>	

b) Em 2019 e 2018, esta rubrica reflete o prejuízo fiscal apurado pela Empresa, de acordo com as disposições do Código de IRC. De acordo com a política definida pelo Grupo, os ganhos relativos à utilização de prejuízos fiscais são registados apenas na sociedade dominante do grupo fiscal, atualmente a Altice Portugal.

## 19. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi calculado da seguinte forma:

	2019	2018
Resultado líquido	(849.357)	(679.882)
Número de ações (Nota 12)	3.500.000	3.500.000
<b>Resultado líquido por ação básico</b>	<b>(0,24)</b>	<b>(0,19)</b>

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

**20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço**

No início de 2020, primeiro a China e depois o Resto do Mundo, foram atingidos pela Pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde relacionada com a doença Coronavirus 2019 (Covid-19). É o entendimento da Empresa, que as respetivas medidas excepcionais temporárias adotadas e a adotar pelo Governo Português relativas à referida situação bem como as eventuais restrições à atividade económica que daí possam eventualmente vir a resultar, não se irão refletir em impactos na situação patrimonial e nos cash flows operacionais da Empresa que coloquem em causa a utilização do pressuposto da continuidade das operações.

Não são conhecidos até à presente data quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

## RELATÓRIO E PARECER DE FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da  
Altice Pay, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ALTICE PAY, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.


Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 dezembro de 2019, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não inclui reservas e inclui duas ênfases, uma relacionada com ativos intangíveis e a continuação da atividade da Entidade e outra relacionada com os eventuais impactos da pandemia COVID-19, e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, tendo em consideração os dois assuntos descritos na secção "Ênfases", da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 1 de junho de 2020



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

**Certificação Legal das Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ALTICE PAY, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.863.333 Euros e um total de capital próprio de 1.699.890 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 849.357 Euros), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ALTICE PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

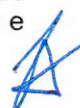
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”), demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

1. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não corrente inclui ativos intangíveis de cerca de 1.266.000 Euros, relacionados com aplicações que a Entidade já explora ou que ainda desenvolve, para exploração futura nas suas operações. Adicionalmente, naquela data está perdida metade do capital social, em consequência de resultados acumulados negativos, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Em 2019, para financiar e desenvolver as operações da Entidade, o acionista realizou prestações suplementares de 650.000 euros. A realização daqueles ativos depende do sucesso futuro das operações da Entidade e da continuação do suporte financeiro por parte do seu principal acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.
2. Chamamos a atenção para o divulgado nos documentos de prestação de contas, sobre os eventuais impactos do Vírus COVID-19 e sua incerteza atual na atividade operacional futura da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se





manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

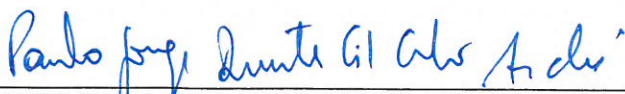
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 1 de junho de 2020



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André